

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 21 • 2014



Editor Científico: João Luís Cardoso

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS
2014

NOVOS DADOS PARA O ESTUDO DOS CHÕES DE ALPOMPÉ – SANTARÉM *

NEW DATA FROM CHÕES DE ALPOMPÉ – SANTARÉM

João Pimenta¹ & Ana Margarida Arruda²

Abstract

Chões de Alpompe was recognized as an archaeological site only during the 50's, the time from which it was extensively and intensively surveyed, in several times and in several contexts. The artifacts gathered during those fieldworks were frequently published, stating the existence of an important roman republican occupation which was early associated with *Decimus Junius Brutus* military campaign, in 138 BC. The same association also allowed its match to Strabo's *Moron*, considering the existence of some artifacts that indicated an Orientalizing Iron Age affiliation. A collection of unpublished materials that remained deposited in Casa dos Patudos (Alpiarça) since the 70's deserved a proper analyzes, enabling an overall characterization of the site that take into account the available data.

Keywords: *Amphorae*, Chões de Alpompe, *Decimus Junius Brutus*, roman conquest.

Independentemente do seu nome antigo, o sítio de Chões de Alpompe, pela sua manifesta importância, mereceria um cuidado de investigação, conservação e valorização que tarda em ser-lhe concedido. (FABIÃO, 2002, p. 151).

1 – INTRODUÇÃO

O Museu da Casa dos Patudos preserva, nas suas “reservas”, uma significativa colecção de artefactos arqueológicos. As peças, recolhidas na primeira metade do século XX, das necrópoles do Tancoal, Meijão e do Cabeço da Bruxa são as mais conhecidas. Outras são provenientes do Alto do Castelo e resultam quer das escavações da equipa do Instituto Arqueológico Alemão, quer de depósitos decorrentes de diversas recolhas efetuadas ao longo de vários anos.

Em 2011, no âmbito da preparação de uma exposição no Museu de Vila Franca de Xira em torno do povoado da Idade de Bronze de Santa Sofia, uma visita à Casa dos Patudos tornou possível o reconhecimento de um conjunto de materiais inéditos provenientes do sítio arqueológico dos Chões de Alpompe, que, de acordo com os dados disponíveis, foi recolhido, no Outono de 1982, pelo investigador do Instituto Arqueológico Alemão J. Wahl (KALB & HÖCK, 1988, p. 200).

*Trabalho realizado no âmbito do projecto FETE (PTDC/EPH-ARQ/4901/2012 – Fenícios no Estuário do Tejo).

¹ Câmara Municipal de Vila Franca de Xira; UNIARQ (Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa). joao.marques@cm-vfxira.pt

² UNIARQ (Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa). a.m.arruda@letras.ulisboa.pt

Conscientes da relevância científica de estes materiais, concretamente na forma como poderiam contribuir para a construção do conhecimento em torno desta enigmática estação arqueológica, entendeu-se que o seu estudo e publicação faziam sentido, apesar de constituírem apenas mais um conjunto de materiais recolhidos à superfície de Chões de Alpompe, em circunstâncias que não cabem em qualquer projecto de investigação consistente e coerente*.

2 – O ESTADO DA ARTE

O sítio arqueológico de Chões de Alpompe, freguesia de S. Vicente do Paúl, concelho de Santarém, corresponde a um vasto e recortado planalto de mais de 20 hectares, com de 96 metros de altura, implantado sobre o rio Alviela, a escassa distância da sua confluência

com o Tejo. Diversos taludes nos seus limites, ainda hoje em dia observáveis, sugerem a existência de fortificações complexas, de características ainda desconhecidas.

A mais antiga referência à importância arqueológica do planalto de Alpompe remonta a 1883, quando, num artigo sobre Santarém publicado no *Dicionário Popular*, se mencionou a descoberta de “fundamentos de grandes muralhas”, moedas em grande quantidade e diversos objectos romanos de grande valor (*apud* DIOGO, 1993).

Apesar desta alusão, o seu real reconhecimento pela comunidade científica apenas se verificou nos anos cinquenta do século passado, quando Amorim Girão e Bairrão Oleiro classificaram o planalto de Chões como acampamento militar romano (GIRÃO & OLEIRO, 1953). A descrição era clara, merecendo citação: “Acampamento de terraço fluvial ou, melhor, de uma série de terraços sobrepostos que deram o nome ao local – os Chões – a muralha levantava-se, toda ela, no rebordo do terraço superior e não precisava exteriormente de qualquer outra obra de defesa.” (*Ibidem*, p. 77). A identificação do sítio com a *Moron* de Estrabão, cidade que teve um papel fulcral na campanha de Décimo Júnio Bruto em 138 a.n.e. (*Ibidem*, p. 80), foi, a partir de então, quase sempre assumida.

Poucos anos mais tarde, Mário de Saa não esqueceu o local, referindo: “Na assenta dos «Chões» dominando os dois rios (Tejo e Alviela), houve edifícios térreos dos romanos com algumas pedras de mistura.

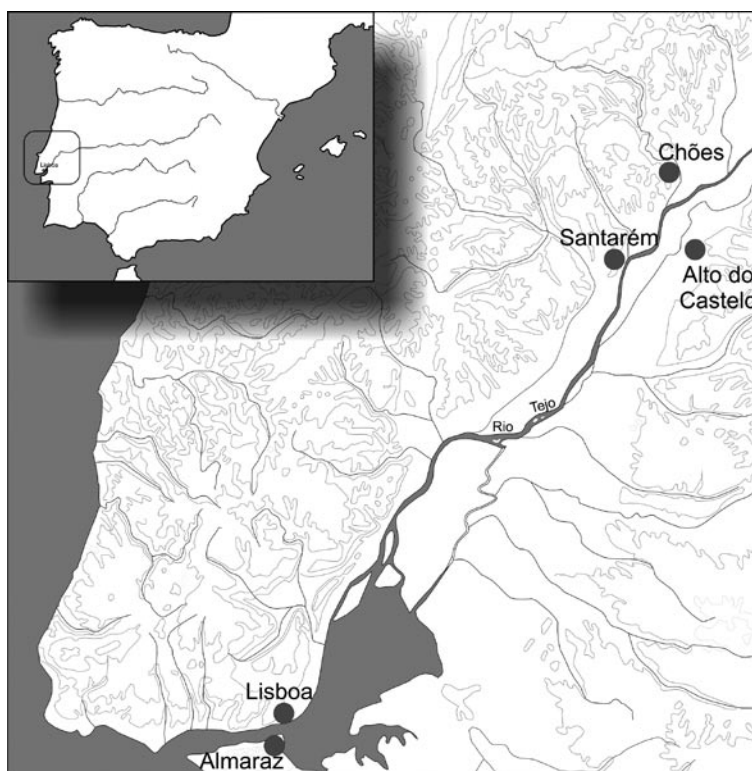


Fig. 1 – Localização de Chões de Alpompe, no vale do Tejo.

* Este projecto foi bem acolhido junto do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Alpiarça, Dr. Mário Fernando Pereira, recebendo o seu parecer positivo. Aproveitamos para agradecer o seu apoio e o da Direcção da Casa Museu dos Patudos, na figura do seu director, Dr. Nuno Prates.

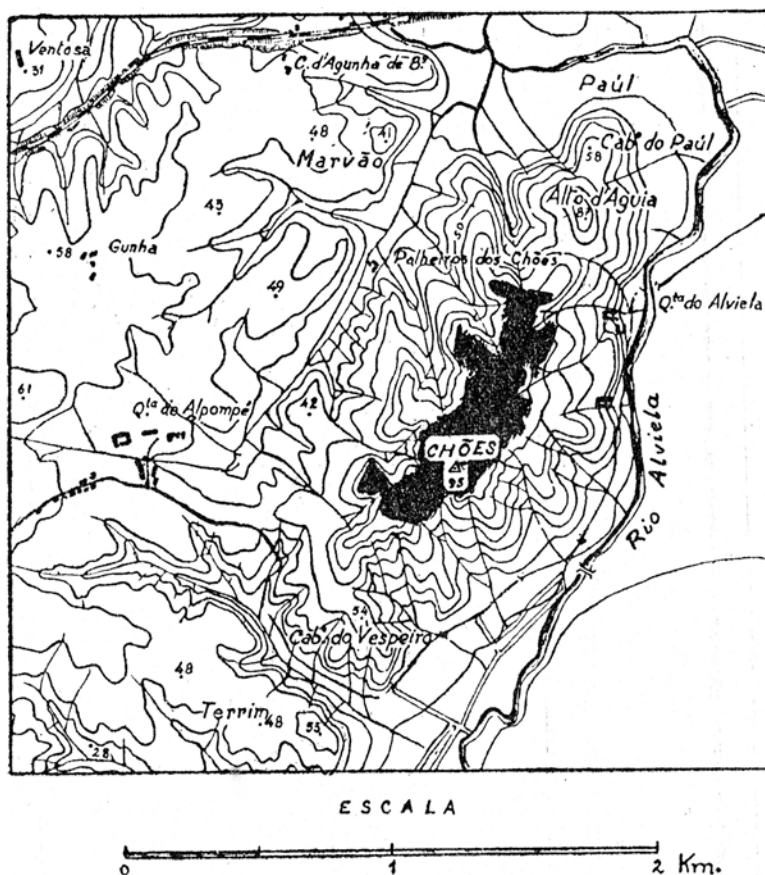


Fig. 2 – Planta de Chões de Alpompe, com a localização da área estimada de ocupação, segundo GIRAÕ & OLEIRO, 1953, Fig. 3.

tendo-se procurado, como os autores referiram expressamente, “indústrias paleolíticas”. Na sequência deste reconhecimento, foi publicado um trabalho ainda hoje incontornável para a compreensão deste singular sítio arqueológico, assim como do seu sistema defensivo (ZBYSZWESKI, FERREIRA & SANTOS, 1968). Na sequência das suas observações no terreno, os autores localizaram, na carta militar 1: 25 000, as áreas de dispersão de materiais então visíveis à superfície, assim como os restos de taludes do seu sistema defensivo e as eventuais portas (*Ibidem*, 1968, Fig. 1). Disseram ainda: “Em «Chões» ainda se podem observar, também, fora do campo principal, duas atalaias que aproveitariam também um terraço sobranceiro ao acampamento principal, do lado menos defensável.” (*Ibidem*, 1968, p. 56). Tendo em consideração os dados cartográficos apresentados, estas duas atalaias localizar-se-iam no extremo Norte do planalto, no denominado Alto da Água.

Em 1977, José Manuel Garcia efectuou recolhas de superfície, tendo recuperado “[...] abundantes testemunhos de cultura pré-romana e romana do século II e I a.n.e., como atestam moedas, cerâmica comum decorada, Campaniense (A e B), fíbulas, ânforas (Dressel 1), e outros elementos [...]” (GARCIA, 1977, p. 70-71).

Nos anos 80 e 90 do século XX, muitos espólios oriundos do sítio são publicados em vários trabalhos de diversos investigadores, tendo o mesmo sido incluído em distintas sínteses a propósito da ocupação romana da Península Ibérica, nomeadamente da fase inicial.

No último caso, cabem as propostas de interpretação de Jorge de Alarcão, que levantou a hipótese de o acampamento militar de Júnio Bruto e de a cidade pré-romana de *Moron* não se sobreporem (ALARCÃO,

Reconhecemos parapeitos e redutos térreos e muitos detritos de argila, de bronze e de ferro, juncando o chão e amontoando-se nas ravinas dos outeiros, sobre a encosta do Tejo.” (SAA, 1956, p. 169; 1964, p. 209-213).

Em 1958, na sequência da destruição parcial do acampamento romano de Antanol, um grupo de professores da Universidade de Coimbra publicou um importante trabalho onde os Chões são referidos (VV.AA., 1958). Para a história da investigação do sítio, importa reter a menção de que nesta data a “[...] Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra projecta realizar trabalhos logo que lhe seja possível, dispondo já da necessária autorização da Família Infante da Câmara, proprietária dos terrenos.” (*Ibidem*, p. 613), intenção que nunca veio a concretizar-se.

No decorrer dos levantamentos dos Serviços Geológicos de Portugal, efectuou-se, em 1967, um reconhecimento no terraço fluvial dos Chões,

1983, p. 36). No mesmo âmbito, pode incluir-se a síntese produzida na sequência da escavação levada a efeito no Alto do Castelo, em Alpiarça, sítio também com evidentes estruturas defensivas em talude, que colocou questões que foram tratadas tendo em consideração os Chões de Alpompe (KALB & HÖCK, 1988). Insistiu-se, de forma contundente, na dificuldade de elaborar interpretações no quadro da Geografia Histórica, não perdendo de vista o facto de o sítio da margem esquerda ter também tido presumível função militar durante o período romano republicano, o que poderia ter implicações na discussão acerca da localização de *Moron* e do acampamento de Décimo Júnio Bruto.

Fig. 3 – Planta de Chões de Alompé, com a localização da área estimada do sítio, a ponteados, e dos taludes, a traço cheio, segundo ZBYSZEWSKI, FERREIRA & SANTOS, 1968, Fig. 1.

António Dias Diogo publicou, isoladamente ou em colaboração, vários conjuntos, cerâmicos, de que se destacam as ânforas, e um numismático (DIOGO, 1982, 1993; DIOGO & FARIA, 1985; DIOGO & TRINDADE, 1993-1994), tendo o artigo de 1993 a particularidade de dar a conhecer, pela primeira vez, materiais pré-romanos.

Em 1992, num artigo de divulgação, Carlos Barbosa Ferreira, João Catarino e Luís Silva Pinho apresentaram uma síntese dos dados conhecidos sobre os Chões. Insistindo na sua relevância científica, alertavam para os riscos da sua destruição, sublinhando: “A abundância e a qualidade dos materiais é tal que justifica em nosso entender, não só a urgência de escavações no local como a criação de uma sala museu onde possam ser depositados e expostos ao público.” (FERREIRA *et al.*, 1992, p. 55). Para além da apresentação do sítio e de algumas das suas problemáticas, expuseram e mencionaram diversos materiais inéditos, que resultavam de extensas e prolongadas recolhas à superfície efectuadas pelos seus autores, e que contribuem para o conhecimento da diacronia da ocupação.

Ainda assim, deve registar-se a publicação, em 1997, de um expressivo conjunto numismático, composto por um pequeno tesouro de 20 denários e por 131 unidades correspondentes a perdas isoladas (RUIVO, 1999). Destas, 128 são anteriores a 80 a.n.e. e três pertencem já ao reinado de Augusto. Tendo em consideração estes elementos, José Ruivo sugeriu que o local teria sido abandonado não na época de César, como já tinha sido proposto (DIOGO, 1993, p. 219; DIOGO & TRINDADE, 1993-94, p. 270), mas no âmbito dos conflitos sertorianos (RUIVO, 1999, p. 106). No mesmo texto, alude-se ainda à presença, numa colecção particular, de artefactos de equipamento militar, nomeadamente *Glandes Plumbeae*, que ainda conservam as rebarbas indicadoras de um fabrico local, em molde (RUIVO, 1999, p. 102, proposta reforçada em FABIÃO, 2004, p. 58).

Já no século XXI, outros materiais (depositados na UNIARQ e igualmente resultantes de recolhas de superfície efectuadas nos anos 80 do século passado), concretamente ânforas, foram divulgados, também no contexto de um trabalho académico (BARGÃO, 2006).

A importância do sítio justificou a sua divulgação em âmbito internacional (FABIÃO, 2004; 2006), bem como no quadro de obras mais gerais, quer nacionais quer internacionais (*Ibidem*, 2002, 2006).

3 – O CONJUNTO DE MATERIAIS DEPOSITADOS NA CASA DOS PATUDOS – ALPIARÇA

Os materiais dos Chões de Alpompé depositados na Casa dos Patudos permaneciam inéditos e pareceu importante a sua divulgação, até porque podem ser discutidos não só no contexto do sítio propriamente dito, mas também em função da investigação que, nos últimos anos, tem vindo a ser desenvolvida no Baixo-Tejo.

O conjunto é composto por 24 fragmentos de ânforas, quinze de cerâmica comum e um de tégula.

Entre as ânforas, encontram-se unicamente representados os contentores destinados ao transporte de vinho proveniente da Península Itálica, nomeadamente exemplares tipologicamente enquadrados nos modelos tardios das ânforas greco-Itálicas (n.^{os} 1 a 3) e na forma 1 de Dressel (n.^o 4 a 16). Identificou-se ainda um fragmento de bocal, que, pela análise macroscópica da sua pasta, remetemos para as produções adriáticas da forma Dressel 1 (n.^o 16). Ainda que a representação destas últimas no ocidente da Península Ibérica seja menos conhecida, recentes trabalhos que um de nós (J. P.) tem vindo a desenvolver sobre contextos republicanos da cidade de Lisboa têm permitido identificar uma sua consistente importação a par dos melhores conhecidos contentores da costa tirrénica.

Catálogo

- 1 – Fragmento de bordo de ânfora Itálica do Tipo Greco-Itálica. O lábio é oblíquo, de secção triangular, apresentando um diâmetro externo de 12,8 cm. Índice altura do bordo, espessura máxima, 1,18. Pasta Grupo 3*. Caracteriza-se por uma pasta, compacta e pouco depurada, de tom amarelo avermelhado (Mun. 2.5 YR 6/4). Os elementos não plásticos são abundantes constituídos por quartzos e quartzitos de pequenas dimensões, numerosas partículas negras de origem vulcânica e elementos carbonatados. As percentagens de elementos não plásticos e de argilosos são muito semelhantes o que dá um aspecto muito característico a esta pasta. As paredes apresentam-se alisadas do tom da pasta. Chões, n.^o 13.

* Por uma questão de coerência de investigação, manteremos aqui as referências aos grupos de pasta de ânfora itálicas já individualizados em trabalhos anteriores (PIMENTA, 2005).

- 2 – Fragmento de bordo de ânfora Itálica do Tipo Greco-Itálica. O lábio é oblíquo, de secção triangular, apresentando um diâmetro externo de 12,5 cm. Índice altura do bordo, espessura máxima, 1,10. Pasta Grupo 1. Caracteriza-se, por uma pasta bem depurada e muito compacta, de tom amarelo avermelhado (Mun. 5 YR 7/4). Os elementos não plásticos são de média dimensão pouco abundantes apresentando-se dispersos. Constituídos essencialmente por quartzos de pequena dimensão, pequenas partículas negras de origem vulcânica, grãos carbonatados e vacúolos alongados. As paredes apresentam-se alisadas do tom da pasta. Chões, n.º 2.
- 3 – Fragmento de bordo de ânfora Itálica do Tipo Greco-Itálica. O lábio é oblíquo, de secção triangular, apresentando um diâmetro externo de 14 cm. Índice altura do bordo, espessura máxima, 1,03. Pasta Grupo 3. Caracteriza-se por uma pasta, compacta e pouco depurada, de tom amarelo avermelhado (Mun. 2.5 YR 6/6). Os elementos não plásticos são abundantes constituídos por quartzos e quartzitos de pequenas dimensões, numerosas partículas negras de origem vulcânica e elementos carbonatados. As percentagens de elementos não plásticos e de argilosos são muito semelhantes o que dá um aspecto muito característico a esta pasta. As paredes apresentam-se alisadas do tom da pasta. Chões, n.º 24.
- 4 – Fragmento de bordo de ânfora Itálica do Tipo Dressel 1. O lábio é oblíquo, de secção triangular, apresentando um diâmetro externo de 12 cm. Índice altura do bordo, espessura máxima, 1,41. Pasta Grupo 3. Tom amarelo avermelhado (Mun. 2.5 YR 6/6). As paredes apresentam-se alisadas do tom da pasta. Chões, n.º 5.
- 5 – Fragmento de bordo de ânfora Itálica do Tipo Dressel 1. O lábio é oblíquo, de secção triangular, apresentando um diâmetro externo de 11 cm. Índice altura do bordo, espessura máxima, 1,5. Pasta Grupo 3. Tom amarelo avermelhado (Mun. 5 YR 6/6). As paredes apresentam-se alisadas do tom da pasta. Chões, n.º 6.
- 6 – Fragmento de bordo de ânfora Itálica do Tipo Dressel 1. O lábio é oblíquo, de secção triangular, apresentando um diâmetro externo de 12 cm. Índice altura do bordo, espessura máxima, 1,32. Pasta Grupo 3. Tom amarelo avermelhado (Mun. 5 YR 6/8). As paredes apresentam-se alisadas do tom da pasta. Chões, n.º 11.
- 7 – Fragmento de bordo de ânfora Itálica do Tipo Dressel 1. O lábio é oblíquo, de secção triangular, apresentando um diâmetro externo de 12 cm. Índice altura do bordo, espessura máxima, 1,31. Pasta Grupo 3. Tom amarelo avermelhado (Mun. 2.5 YR 6/4). As paredes apresentam-se alisadas do tom da pasta. Chões, n.º 3.
- 8 – Fragmento de bordo de ânfora Itálica do Tipo Dressel 1. O lábio é oblíquo, de secção triangular, apresentando um diâmetro externo de 12 cm. Índice altura do bordo, espessura máxima, 1,6. Pasta Grupo 3. Tom amarelo avermelhado (Mun. 2.5 YR 5/4). As paredes apresentam-se alisadas do tom da pasta. Chões, n.º 10.
- 9 – Fragmento de bordo de ânfora Itálica do Tipo Greco-Itálico. O lábio é oblíquo, de secção triangular, apresentando um diâmetro externo de 12 cm. Índice altura do bordo, espessura máxima, 1,18. Pasta Grupo 3. Tom amarelo avermelhado (Mun. 2.5 YR 6/4). As paredes apresentam-se alisadas do tom da pasta. Chões, n.º 9.
- 10 – Fragmento de bordo de ânfora Itálica do Tipo Dressel 1. O lábio é oblíquo, de secção triangular, apresentando um diâmetro externo de 12,5 cm. Índice altura do bordo, espessura máxima, 1,5. Pasta Grupo 3. Tom amarelo avermelhado (Mun. 2.5 YR 6/6). As paredes apresentam-se alisadas do tom da pasta. Chões, n.º 7.

- 11 – Fragmento de bordo de ânfora Itálica do Tipo Dressel 1. O lábio é oblíquo, de secção triangular, apresentando um diâmetro externo de 14 cm. Índice altura do bordo, espessura máxima, 1,7. Pasta Grupo 3. Tom amarelo avermelhado (Mun. 2.5 YR 5/6). As paredes apresentam-se alisadas do tom da pasta. Chões, n.º 4.
- 12 – Fragmento de bordo de ânfora Itálica do Tipo Dressel 1. O lábio é oblíquo, de secção triangular, apresentando um diâmetro externo de 14 cm. Índice altura do bordo, espessura máxima, 1,3. Pasta Grupo 1. Caracteriza-se, por uma pasta bem depurada e muito compacta, de tom amarelo avermelhado (Mun. 5 YR 7/6). Os elementos não plásticos são de média dimensão pouco abundantes apresentando-se dispersos. Constituídos essencialmente por quartzos de pequena dimensão, pequenas partículas negras de origem vulcânica, grãos carbonatados e vacúolos alongados. As paredes apresentam-se alisadas do tom da pasta. Chões, n.º 1.
- 13 – Fragmento de bordo de ânfora Itálica do Tipo Dressel 1. O lábio é oblíquo, de secção triangular, apresentando um diâmetro externo de 14 cm. Índice altura do bordo, espessura máxima, 1,36. Pasta Grupo 3. Tom amarelo avermelhado (Mun. 2.5 YR 5/6). As paredes apresentam-se alisadas do tom da pasta. Chões, n.º 8.
- 14 – Fragmento de bordo de ânfora Itálica do Tipo Dressel 1. O lábio é oblíquo, de secção triangular, apresentando um diâmetro externo de 12,5 cm. Índice altura do bordo, espessura máxima, 1,3. Pasta Grupo 3. Tom amarelo avermelhado (Mun. 2.5 YR 5/4). As paredes apresentam-se alisadas do tom da pasta. Chões, n.º 12.
- 15 – Fragmento de bordo de ânfora Itálica do Tipo Dressel 1. O lábio é oblíquo, de secção triangular, apresentando um diâmetro externo de 14 cm. Índice altura do bordo, espessura máxima, 1,3. Pasta Grupo 3. Tom amarelo avermelhado (Mun. 2.5 YR 5/4). As paredes apresentam-se alisadas do tom da pasta. Chões, n.º 14.
- 16 – Fragmento de bordo de ânfora Itálica do Tipo Dressel 1 Adriática. O lábio é oblíquo, de secção triangular, apresentando um diâmetro externo de 13 cm. Índice altura do bordo, espessura máxima, 1,5. Pasta bem depurada e muito compacta, de tom rosa (Mun. 2.5 YR 6/6). Os elementos não plásticos são de pequena dimensão pouco abundantes apresentando-se dispersos. Constituídos essencialmente por quartzos, pequenas partículas de elementos ferruginosos, grãos carbonatados e vacúolos alongados. As paredes apresentam-se alisadas do tom da pasta. Chões, n.º 25.
- 17 – Fragmento de bordo de ânfora Itálica do Tipo Dressel 1. O lábio é oblíquo, de secção triangular, apresentando um diâmetro externo de 12,5 cm. Índice altura do bordo, espessura máxima, 1,43. Pasta de matriz arenosa e bem depurada, de tom castanho amarelado (Mun. 5 YR 7/4). Os elementos não plásticos são de pequena dimensão pouco abundantes apresentando-se dispersos. Constituídos essencialmente por quartzos de pequena dimensão, micas douradas, elementos de cerâmica moída, grãos carbonatados e vacúolos alongados. As paredes apresentam-se alisadas do tom da pasta. Chões, n.º 16.
- 18 – Fragmento de asa de ânfora Itálica. Secção oval. Pasta Grupo 3. Tom amarelo avermelhado (Mun. 2.5 YR 6/6). As paredes apresentam-se alisadas do tom da pasta. Chões, n.º 40.
- 19 – Fragmento de asa de ânfora Itálica. Secção oval. Pasta Grupo 3. Tom amarelo avermelhado (Mun. 2.5 YR 6/4). As paredes apresentam-se alisadas do tom da pasta. Chões, n.º 41.
- 20 – Fragmento de asa de ânfora Itálica. Secção oval. Pasta Grupo 3. Tom amarelo avermelhado (Mun. 2.5 YR 5/6). As paredes apresentam-se alisadas do tom da pasta. Chões, n.º 18.

- 21** – Fragmento de asa de ânfora Itálica. Secção oval. Pasta Grupo 3. Tom amarelo avermelhado (Mun. 2.5 YR 5/6). As paredes apresentam-se alisadas do tom da pasta. Chões, n.º 42.
- 22** – Fragmento de asa de ânfora Itálica. Secção oval. Pasta Grupo 3. Tom amarelo avermelhado (Mun. 2.5 YR 5/6). As paredes apresentam-se alisadas do tom da pasta. Chões, n.º 43.
- 23** – Fragmento de fundo de ânfora Itálica. Pasta Grupo 3. Tom amarelo avermelhado (Mun. 2.5 YR 6/4). As paredes apresentam-se alisadas do tom da pasta. Chões, n.º 20.
- 24** – Fragmento de fundo de ânfora Itálica. Pasta Grupo 1. Tom castanho amarelado (Mun. 5 YR 6/4). As paredes apresentam-se alisadas do tom da pasta. Chões, n.º 19.

Entre a cerâmica comum, destacam-se fragmentos de bordo e de fundo de grandes contentores de armazenamento (n.ºs 25 a 34). Este tipo de recipientes aponta para um momento tardio dentro da Idade do Ferro, ou mesmo já para o período romano republicano, tendo bons paralelos em sítios do vale do Tejo e da Península de Lisboa, como é o caso de Lisboa e da Quinta da Torre, em Almada (CARDOSO & CARREIRA, 1997-1998), do Castelo, em Arruda dos Vinhos (GONÇALVES, 1997), do Outeiro da Assenta, em Óbidos (CARDOSO, 2009), do povoado pré-romano da Castanheira do Ribatejo (PIMENTA, MENDES & MADEIRA, 2009), da Alcáçova

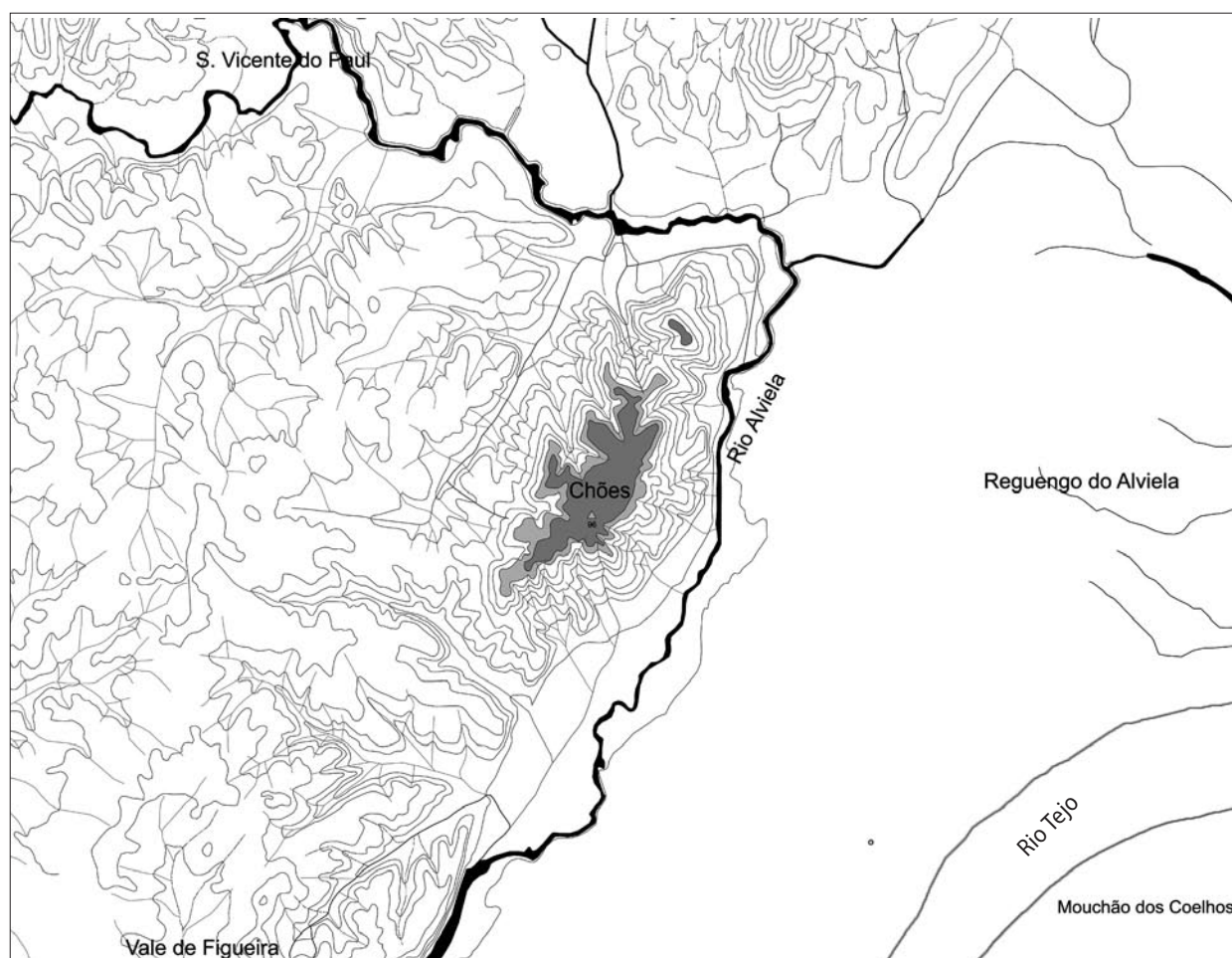


Fig. 4 – Planta de Chões de Alompé, com as curvas de nível e localização das linhas de água, produzida a partir da carta militar 1: 25 000, folha n.º 341, de 1969. A cinzento escuro, os taludes do sistema defensivo; a cinzento claro, área de dispersão dos materiais.

de Santarém (Arruda, 1999-2000) e do Porto do Sabugueiro (PIMENTA & MENDES, 2008, 2013).

O exemplar n.º 38 corresponde a um recipiente fechado com uma característica decoração incisa. Embora não tenha sido possível a reconstituição do seu perfil completo, a comparação com sítios com cronologias similares permite admitir que se trata de um jarro. Peças de forma e decoração idênticas foram identificadas em Lisboa, em contextos bem datados a partir dos finais do século III a.n.e., em particular da segunda metade do século II a.n.e., contemporâneos dos primeiros contactos com o mundo itálico (PIMENTA, 2005). No Vale do Tejo, esta forma parece assumir-se como um regionalismo bem vincado a partir dos momentos tardios da Idade do Ferro/início da romanização. A sua presença está bem documentada, ainda que com decoração brunida, na Alcáçova de Santarém (ARRUDA, 2002), no Porto do Sabugueiro, Muge (PIMENTA & MENDES, 2008), no Castelo, Arruda dos Vinhos (GONÇALVES, 1997), em Castanheira do Ribatejo (PIMENTA, MENDES & MADEIRA, 2009), em Freiria, Cascais (CARDOSO & ENCARNANÇA, 2000, p. 744), na Quinta da Torre, Almada (CARDOSO & CARREIRA, 1997-1998) e, mais para o interior, no Outeiro da Assenta, Óbidos (CARDOSO, 2009).

O conjunto engloba ainda alguns fragmentos cerâmicos que poderão corresponder a evidências da ocupação pré-romana dos Chões de Alpompé, como é o caso de um fragmento de bordo e de um de fundo de cerâmica cinzenta fina (n.ºs 36 e 37) e de uma asa bifida (n.º 39).

Por último, regista-se a presença de um fragmento de tégula, (n.º 40), que apresenta um ângulo particularmente recto, similar às já apresentadas por Dias Diogo (DIOGO & TRINDADE, 1993-1994, Est. V).

25 – Fragmento de bordo e arranque de bojo de contentor de armazenamento. Lábio pendente e de extremidade arredondada, apresentando um diâmetro externo de 40 cm. Pasta de matriz arenosa e mal depurada. Elementos não plásticos abundantes e bem distribuídos, constituídos por quartzos rolados, elementos de cerâmica moída, micas douradas e vacúolos alongados. Tom castanho claro (Mun. 7.5 YR 7/4). Superfície externa alisada do tom da pasta. Chões, n.º 28.

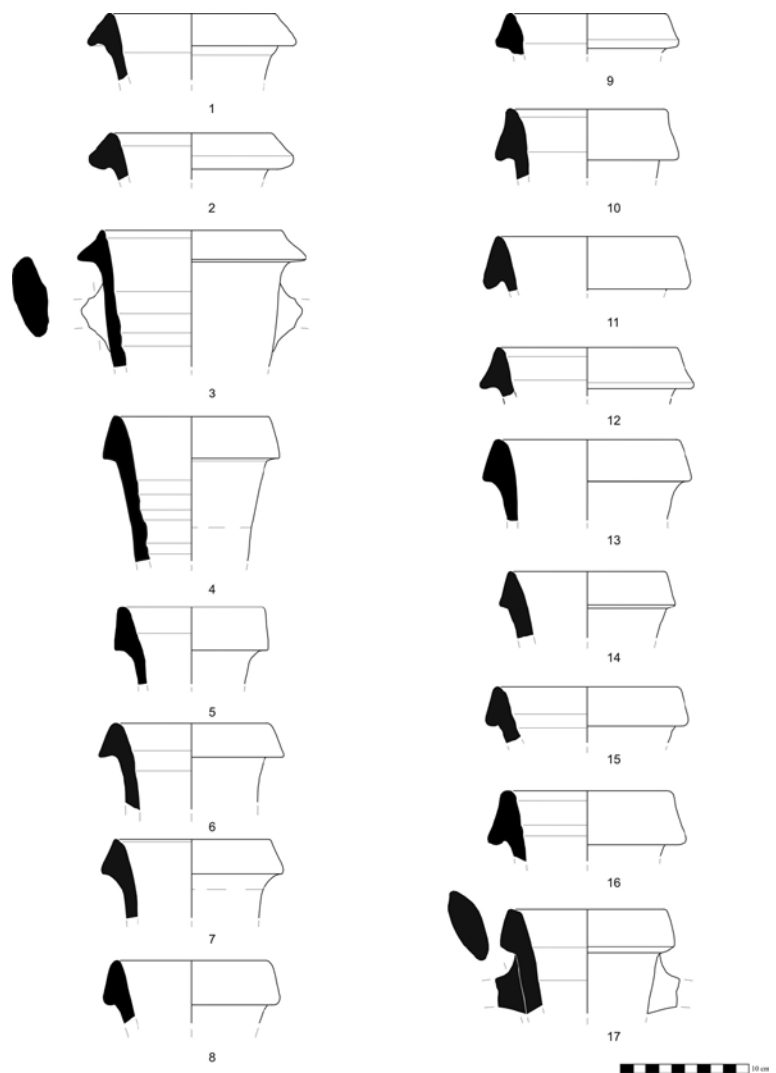


Fig. 5 – Ânforas Itálicas

- 26** – Fragmento de bordo e arranque de bojo de contentor de armazenamento. Lábio pendente e de extremidade biselada, apresentando um diâmetro externo de 36 cm. Pasta de matriz arenosa e bem depurada. Elementos não plásticos escassos e bem distribuídos, constituídos por quartzos rolados, elementos de cerâmica moída, micas douradas e vacúolos alongados. Tom castanho claro (Mun. 7.5 YR 7/3). Superfície externa alisada do tom da pasta. Chões, n.º 26.~
- 27** – Fragmento de bordo e arranque de bojo de contentor de armazenamento. Lábio pendente e de extremidade biselada, apresentando um diâmetro externo de 28 cm. Pasta de compacta e mal depurada. Elementos não plásticos abundantes e mal distribuídos, constituídos essencialmente por quartzos rolados, de média e grande dimensão e mica dourada. Tom castanho escuro (Mun. 7.5 YR 5/2). Superfície externa alisada do tom da pasta evidenciando exposição ao fogo. Chões, n.º 29.
- 28** – Fragmento de bordo e arranque de bojo de contentor de armazenamento. Lábio pendente e de extremidade aplanada, apresentando um diâmetro externo de 23 cm. Pasta de matriz arenosa e bem depurada. Elementos não plásticos escassos e bem distribuídos, constituídos por quartzos rolados, elementos de cerâmica moída, micas douradas e vacúolos alongados. Tom castanho claro (Mun. 7.5 YR 6/2). Superfície externa alisada do tom da pasta. Chões, n.º 30.
- 29** – Fragmento de bordo e arranque de bojo de contentor de armazenamento. Lábio pendente e de extremidade aplanada, apresentando um diâmetro externo de 23,5 cm. Pasta de matriz arenosa e bem depurada. Elementos não plásticos escassos e bem distribuídos, constituídos por quartzos rolados, elementos de cerâmica moída, micas douradas e vacúolos alongados. Tom castanho claro (Mun. 7.5 YR 6/2). Superfície externa alisada do tom da pasta. Chões, n.º 15.
- 30** – Fragmento de bordo e arranque de bojo de contentor de armazenamento. Lábio pendente e de extremidade arredondada, apresentando um diâmetro externo de 25 cm. Pasta de matriz arenosa e mal depurada. Elementos não plásticos abundantes e bem distribuídos, constituídos por quartzos rolados, elementos de cerâmica moída, micas douradas e vacúolos alongados. Tom castanho claro (Mun. 7.5 YR 7/1). Superfície externa evidencia uma aguada de tom castanho (Mun. 7.5 YR 7/3). Chões, n.º 17.
- 31** – Fragmento de bordo e arranque de bojo de contentor de armazenamento. Lábio pendente e de extremidade arredondada, apresentando um diâmetro externo indeterminado. Pasta de matriz arenosa e mal depurada. Elementos não plásticos abundantes e bem distribuídos, constituídos por quartzos rolados, elementos de cerâmica moída, micas douradas e vacúolos alongados. Tom castanho claro (Mun. 7.5 YR 5/6). Superfície externa alisada do tom da pasta. Chões, n.º 35.
- 32** – Fragmento de fundo e arranque de bojo de contentor de armazenamento. Base plana com ressalto externo bem prenunciado, apresentando um diâmetro externo de 19 cm. Pasta de matriz arenosa e mal depurada. Elementos não plásticos abundantes e bem distribuídos, constituídos por quartzos rolados, elementos de cerâmica moída, micas douradas e vacúolos alongados. Tom castanho claro (Mun. 7.5 YR 6/1). Superfície externa evidencia uma aguada de tom castanho (Mun. 7.5 YR 7/4). Chões, n.º 39.
- 33** – Fragmento de fundo e arranque de bojo de contentor de armazenamento. Base plana com ressalto externo bem prenunciado, apresentando um diâmetro externo de 22 cm. Pasta de matriz arenosa e mal depurada. Elementos não plásticos abundantes e bem distribuídos, constituídos por quartzos rolados, elementos de cerâmica moída, micas douradas e vacúolos alongados. Tom castanho claro (Mun. 7.5 YR 6/1). Superfície externa evidencia uma aguada de tom castanho (Mun. 5 YR 6/6). Chões, n.º 21.
- 34** – Fragmento de fundo e arranque de bojo de contentor de armazenamento. Base plana com ressalto externo bem prenunciado, apresentando um diâmetro externo de 24 cm. Pasta compacta e bem depurada.

Elementos não plásticos escassos e bem distribuídos, constituídos por quartzos rolados e micas douradas. Tom castanho claro (Mun. 7.5 YR 6/4). Superfície externa evidencia uma aguada de tom bege (Mun. 7.5 YR 6/3). Chões, n.º 23.

- 35** – Fragmento de bordo e arranque de bojo de taça. O lábio é arredondado e voltado para o exterior apresentando um diâmetro externo de 35 cm. A pasta é compacta e pouco depurada, de tom castanho avermelhado (Mun. 10 YR 7/3). Os elementos não plásticos são escassos e bem distribuídos constituídos por quartzos de pequenas dimensões, e alguns elementos carbonatados. As paredes apresentam-se alisadas do tom da pasta. Chões, n.º 26.

- 36** – Fragmento de bordo de prato de cerâmica cinzenta. Bordo de paredes arqueadas e lábio boleado apresentando um diâmetro externo de 21 cm. Pasta homogênea e depurada. Os elementos não plásticos são escassos e bem distribuídos, constituídos por elementos de quartzo, calcite e de mica. Cozedura redutora. Tom cinzento (Mun. 5 YR 6/2). A superfície externa e interna evidenciam um acabamento cuidado com um alisamento e polimento conferindo-lhe um aspecto metálico (Mun. 5 YR 6/1). Chões, n.º 29.

- 37** – Fragmento de fundo de prato de cerâmica cinzenta. Base plana circunscrevendo um diâmetro externo de 8 cm. Pasta homogênea e depurada. Os elementos não plásticos são escassos e bem distribuídos, constituídos por elementos de quartzo, calcite e de mica. Cozedura redutora. Tom castanho acinzentado (Mun. 5 YR 6/4). A superfície externa e interna evidenciam um acabamento cuidado com um alisamento e polimento conferindo-lhe um aspecto metálico (Mun. 5 YR 4/1). Chões, n.º 22.

- 38** – Fragmento de bojo de forma fechada em cerâmica cinzenta. Possível jarro. A superfície externa evidencia uma decoração plástica, composta por duas linhas paralelas de pequenas incisões oblíquas separadas por um filete. Pasta homogênea e depurada. Os elementos não plásticos são escassos e bem distribuídos, constituídos por elementos de quartzo, calcite e de mica. Cozedura redutora. Tom castanho acinzentado (Mun. 5 YR 6/1). A superfície externa e interna evidenciam um acabamento cuidado com um alisamento e polimento conferindo-lhe um aspecto metálico (Mun. 5 YR 5/1). Chões, n.º 32.

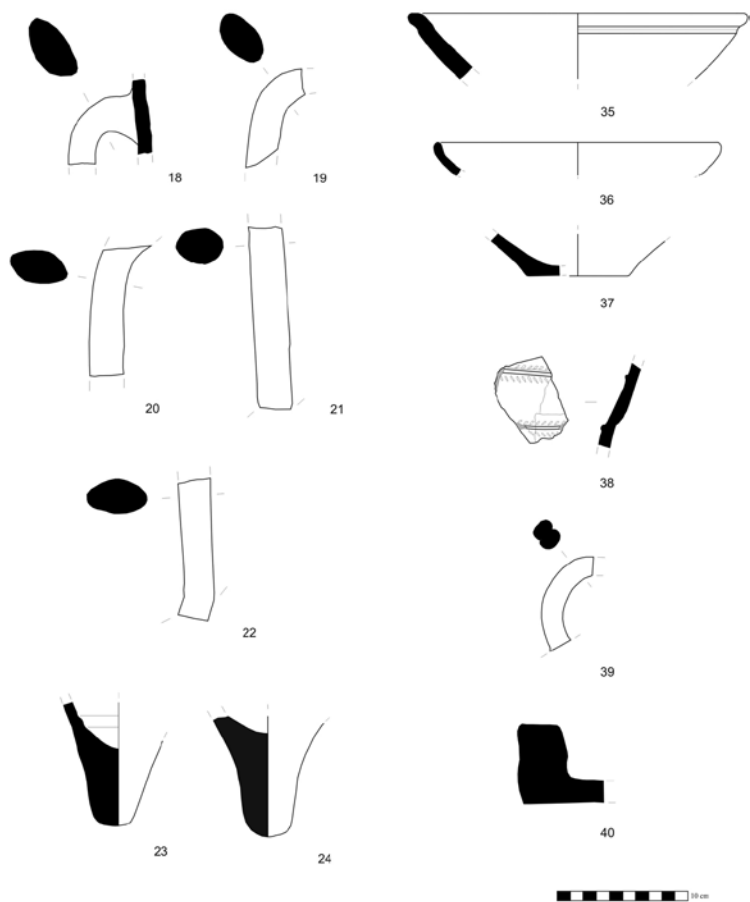


Fig. 6 – 18-24: Ânforas Itálicas; 35: taça de cerâmica comum; 36 e 37: taças de cerâmica cinzenta; 38: fragmento de bojo de jarro de cerâmica cinzenta; 39: asa bífida da Idade do Ferro; 40: tégula.

39 – Fragmento de asa bífida. Possível jarro. Pasta homogénea e depurada. Os elementos não plásticos são escassos e bem distribuídos, constituídos por minúsculos elementos de quartzo e de mica. Tom castanho claro (Mun. 7.5 YR 7/2). As paredes apresentam-se alisadas do tom da pasta. Chões, n.º 34.

40 – Fragmento de tégula. Pasta de matriz arenosa e compacta. Os elementos não plásticos são abundantes e mal distribuídos, constituídos por quartzos rolados, elementos de cerâmica moída, micas douradas e vacúolos alongados. Tom castanho avermelhado (Mun. 2.5 YR 5/6). A superfície apresenta-se alisada do tom da pasta. Chões, n.º 27.

4 – CHÕES DE ALPOMPÉ: OS DADOS DISPONÍVEIS

Parece importante começar por lembrar que, desde a sua descoberta, a discussão em torno dos Chões de Alpompé se centrou, quase exclusivamente, na sua relação com o topónimo Móron, referido por Estrabão (III, 3.1), e do acampamento militar que o procônsul *Décimo Júnio Bruto* teria fundado neste local. A outra grande cidade do vale do Tejo, igualmente referida pelo geógrafo de Amásia, *Olisipo*, e o seu enquadramento nesta campanha acabaram por ficar sempre à margem destas leituras e discussões.

O facto de não existirem dúvidas acerca da localização desta última, sob o actual casco histórico da cidade de Lisboa, e o desconhecimento sobre as suas ocupações mais antigas explicam este silêncio. Contudo, o desenvolvimento da arqueologia urbana, nos últimos anos, proporcionou a obtenção de um número exponencial de dados quer sobre povoado indígena, da Idade do Ferro (ARRUDA, 1999-2000; SOUSA, 2011), quer acerca da primeira fase de contactos com o mundo romano (PIMENTA, 2005).

O estudo dos contextos exumados no Castelo de São Jorge permitiu definir, de uma forma clara e contundente, a primeira fase da presença romana. O estudo contextual destas realidades e a análise detalhada das importações cerâmicas e do conjunto numismático permitiram aferir uma cronologia bem definida, centrada

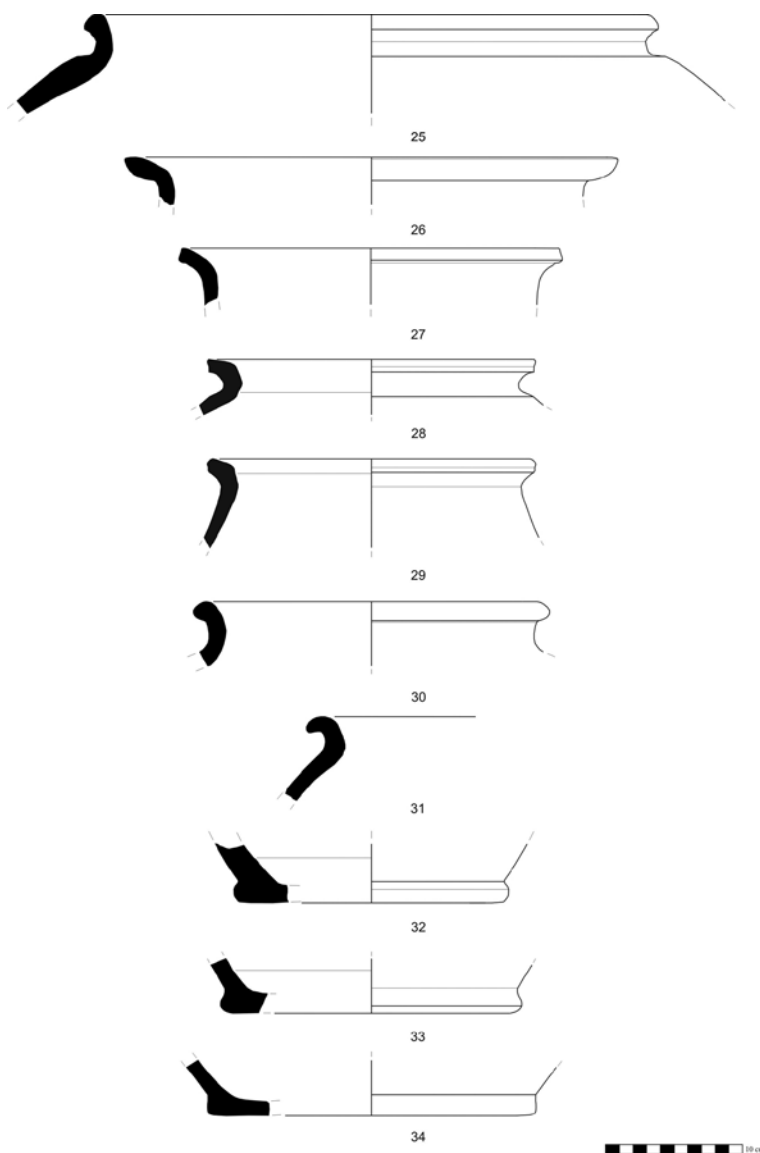


Fig. 7 – Contentores de armazenamento de cerâmica comum.

no terceiro quartel do século II a.n.e. (150-125 a.n.e.), mais precisamente entre 140-130 a.n.e., tendo em consideração a homogeneidade das diversas importações identificadas e a sua comparação com resultados aferidos em contextos similares em sítios com cronologias consideravelmente bem fixadas (PIMENTA, 2005, 2007).

Um dos dados mais expressivos que podemos deduzir dos trabalhos concretizados em Lisboa diz respeito à estreita relação existente entre os contextos olisiponenses, e as respectivas associações de materiais importados aí recuperados, e os espólios recolhidos à superfície de Chões de Alpompe. Tal realidade torna-se ainda mais significativa quando comparada com os dados obtidos no projecto de investigação estruturado em torno da antiga Alcáçova de Santarém (ARRUDA, 2012), onde todos os elementos disponíveis apontam para que os primeiros contactos com o mundo itálico tenham ocorrido num momento aparentemente posterior ao que foi detectado em Lisboa e nos Chões (ARRUDA & ALMEIDA, 1998, 1999; BARGÃO, 2006).

De facto, os dados dos Chões de Alpompe, apesar de carecerem do devido enquadramento estratigráfico, deixam vislumbrar o quadro típico de importações de meados do século II a.n.e.. A circunstância de serem todos de superfície explicará a escassez de cerâmicas finas, que, contudo, se encontram referidas desde os primeiros trabalhos sobre o sítio, notando-se a presença de cerâmica de verniz negro itálico, de tipo Campaniense A. Infelizmente, o único fragmento desta categoria de que se conhece a forma corresponde ao publicado pela equipa dos Serviços Geológicos, estando a sua classificação tipológica impossibilitada (ZBYSZWESKI, FERREIRA & SANTOS, 1968, Est. I). Mas a importação de produtos alimentares envasados em ânforas encontra-se particularmente bem representada.

Importa aqui reter, em linhas gerais, o conjunto de ânforas recolhido e publicado por diversos autores, em distintos enquadramentos temporais e institucionais.

Para uma melhor compreensão da informação disponível, tentámos sintetizar os diversos conjuntos publicados no quadro 1, adicionando os expostos no presente artigo (Colecção Casa dos Patudos). A apresentação conjunta da totalidade da amostra permite ensaiar uma primeira avaliação quantitativa das ânforas, havendo a registar 114 indivíduos (NMI).

	Greco-Itálica	Dressel 1	Brindisi	Lamboglia 2	Mañá C2B	CCNN	Tripolitana antiga	D de Pellicer	Classe 67	Dressel 2-4	Total
Diogo, 1982	–	4	–	–	1	1	–	–	–	–	6
Diogo, 1993	–	–	–	–	–	7	2	2	–	–	11
Fabião, 1989	1	21	2	1	1		2				28
Ferreira <i>et al.</i> , 1993	1	1	–	–	–	–	1	–	–	–	4
Diogo e Trindade, 1993-1994	–	–	–	2	25	2	7	1	1	1	39
Bargão, 2006	4	4	–	–	–		2	–	–	–	10
Colecção Casa dos Patudos	3	14	–	–	–	–	–	–	–	–	17
Total	9	44	2	3	27	10	14	3	1	1	114

Quadro 1 – Síntese dos diversos conjuntos de ânforas de cronologia romana republicana publicados de Chões de Alpompe.

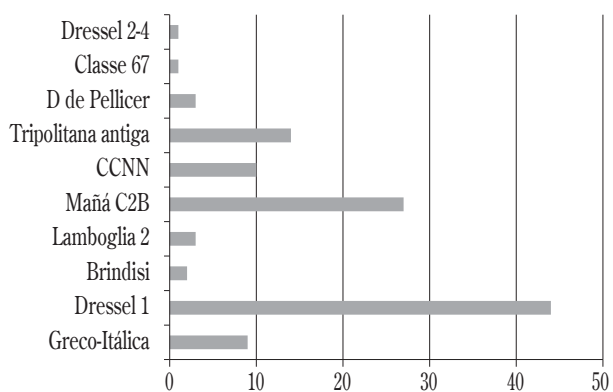


Gráfico 1 – Análise da amostragem de ânforas recolhidas até ao momento em Chões.

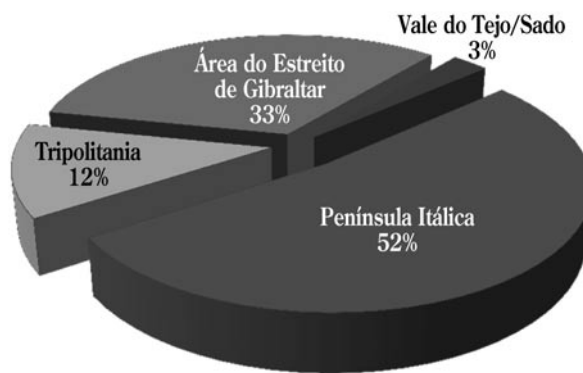


Gráfico 2 – Análise de proveniência da amostragem de ânforas recolhidas até ao momento em Chões.

Os contentores vinícolas da Península Itálica dominam de forma clara (52%), em particular os oriundos da costa Tirrénica, representados por ânforas Greco-Itálicas tardias, ou de transição, e de tipo Dressel 1. Surgem igualmente, ainda que em menor número, ânforas da costa Adriática, também Greco-Itálicas tardias, de Brindisi e Lamboglia 2.

Paralelamente aos produtos itálicos, verifica-se uma estreita conexão com a área púnica do sul peninsular, em particular a baía gaditana, e com a região líbio-tunisina. Os preparados piscícolas da área do estreito de Gibraltar estão bem representados (33%), tendo sido transportados nas ânforas do Tipo 9.1.1.1. (CCNN) e T. 7.4.3.3. (Mañá C2b) de Ramon Torres (1995). A importação de azeite norte africano foi concretizada nas Tripolitanas Antigas.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já antes se fez referência, a investigação em torno deste sítio arqueológico tem-se centrado, quase exclusivamente, na problemática da sua correspondência directa com Morón e/ou com o estabelecimento militar de Júnio Bruto. Contudo, é preciso fazer notar que as evidências materiais recolhidas à superfície sustentam uma relevante ocupação com origem na Idade do Ferro, de matriz oriental, e evidentes influências precoces do mundo itálico, compatíveis com o testemunho estraboniano.

Chões de Alpompe apresenta-se assim como um paradigma da arqueologia nacional. Tendo sido alvo de numerosíssimos trabalhos acerca dos diversos aspectos das suas ocupações, nunca foi alvo de um projecto direccionado exclusivamente para o seu estudo, num quadro de questões bem definidas.

O que se conhece permite, no entanto, traçar um quadro evolutivo coerente, que se estabeleceu em sete fases de ocupação distintas:

1 – Materiais paleolíticos, correspondendo à utilização deste terraço do Tejo como plataforma de apoio às comunidades de caçadores recolectores paleolíticos (ZBYSZWESKI *et al.*, 1972);

2 – Ocupação pré-histórica, do Neolítico Final, ou, eventualmente, do Calcolítico, evidenciada pelas referências a cerâmica manual pré-histórica, mas também por uma dezena de machados de pedra polida, uma enxó, lâminas e lamelas de sílex e um fragmento de um artefacto que pode ser interpretado como braçal de arqueiro ou como placa de xisto (ZBYSZWESKI, FERREIRA & SANTOS, 1968; FERREIRA *et al.*, 1992).

3 – A hipótese da existência de uma ocupação do Bronze Final baseia-se na referência a um machado de talão unifacial com uma única argola, enquadável no chamado “tipo lusitânico”, datável dos inícios do primeiro milénio a.n.e. (FABIÃO, 2002, p. 151), assim como nas cerâmicas manuais brunidas, uma das quais corresponde a uma taça carenada (FERREIRA *et al.*, 1992, p. 56).

4 – Os dados disponíveis permitem admitir com muito provável que na última centúria da primeira metade do 1.º milénio a.n.e. se implantou no planalto um povoado de grande dimensão que certamente teve raízes no processo de orientalização que o vale do Tejo sofreu e do qual há numerosos testemunhos quer em Santarém quer em Lisboa. Confirmando essa cronologia e filiação cultural, destacam-se conjuntos significativos de ânforas pré-romanas (DIOGO, 1982, 1993; FABIÃO, 1989; FERREIRA *et al.*, 1992), bem como fragmentos de recipientes de vidro policromo e contas oculadas do mesmo material (*Ibidem*, p. 56).

Estes conjuntos de materiais permitem matizar hipóteses já defendidas, e vislumbrar para Chões um quadro de importações de momentos relativamente tardios da 1.ª Idade do Ferro, possivelmente a partir do século VI a.n.e.. A recolha pela equipa dos serviços geológicos em 1967 de uma asa de uma *kilix* presumivelmente ática (ZBYSZWESKI, FERREIRA & SANTOS, 1968, p. 51) e de um fragmento de uma outra, inédita, de figuras vermelhas, recuperada por João Catarino, que foi possível observar directamente, possibilita defender uma continuidade da ocupação até, pelo menos, ao século IV a.n.e.;

5 – O período romano republicano corresponde à fase mais bem conhecida, evidenciando evidentes e precoces contactos com o mundo itálico em meados do século II a.n.e. A matriz militar da ocupação é muito forte e encontra-se consubstanciada nas colecções de armamento e *militaria* recolhidas no sítio por detecto-ristas (RUIVO, 1999; FABIÃO, 2004, 2006);

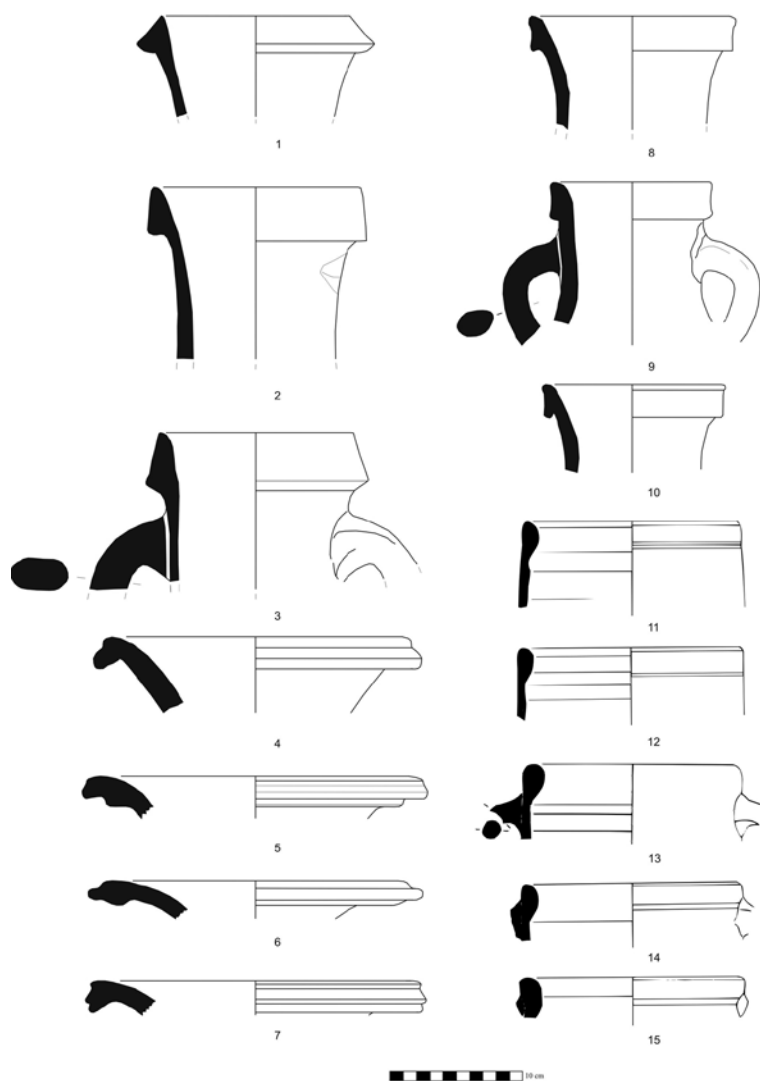


Fig. 8 – Síntese das importações anfóricas de época romana republicana: n.º 1: Greco-Itálica, a partir de FERREIRA *et al.*, 1993; n.ºs 2 e 3: Dressel 1, a partir de BARGÃO, 2006 e de FERREIRA *et al.*, 1993; n.ºs 4 a 7: Mañá C2B, a partir de DIOGO & TRINDADE, 1993-1994; n.ºs 8 a 10: Tripolitanas Antigas, a partir de BARGÃO, 2006, FERREIRA *et al.*, 1993 e FABIÃO, 1989; n.ºs 11 a 15: CCNN, a partir de DIOGO, 1982, 1993.

6 – Apesar de os dados disponíveis indicarem um abandono generalizado do sítio ainda durante o período romano republicano, possivelmente no âmbito do conflito sertoriano, existem alguns elementos (RUIVO, 1999; FABIÃO, 2002) que permitem afirmar que o mesmo terá permanecido ocupado, pelo menos em alguns dos seus sectores, até ao reinado de Augusto, hipótese que é sustentada pela presença de três numismas de Augusto e por uma ânfora da forma Dressel 2-4 (DIOGO & TRINDADE, 1993-1994, Est. IV, n.º 62);

7 – Por último, uma recente análise da documentação medieval permitiu identificar uma eventual referência aos sítios de Chões e defender a presença de um acampamento militar islâmico (PIMENTA, HENRIQUES & MENDES, 2012). De facto, na crónica de D. Afonso Henriques de Duarte Nunes de Leão, ao relatar-se a campanha militar desencadeada, em 1184 pelo Miramolim de Marrocos *Aben Iacob*, menciona-se: “E todos vierão per Alentejo. E passando o rio, dia de Sam Ioam Baptista daquele anno de M.CLXXXIII. Nesse mesmo dia forão sobre o castello de Torres Novas, e o destruirão. A segunda feira vierão poer ser arraial em hum monte, que chamão de Pompeio.” (LEÃO, 1975, p. 92). Face à descrição geográfica, é plausível que este monte que “chamão de Pompeio” corresponda ao actual Alpompe, nome pelo qual o sítio é hoje conhecido. Assim, não parece impossível admitir a hipótese de algumas estruturas defensivas ainda visíveis poderem corresponder a esta ocupação, nomeadamente a muralha que secciona, a meio, o planalto.

A referência expressa neste manuscrito a um Monte de Pompeio leva-nos a retomar a questão da análise linguística da formação Chões de Alpompe, aliás já levantada por Dias Diogo (DIOGO, 1982, p. 149). Terá subsistido em Alpompe a referência a um eventual acampamento romano de Pompeu Magno, ou, mais provavelmente, de seu filho, Sexto Pompeio? Como já antes referimos, estas e outras questões só poderão ser respondidas com trabalhos arqueológicos concretizados no local.

REFERÊNCIAS

- ALARCÃO, J. (1983) – *Portugal Romano*. 3.ª edição. Lisboa: Editorial Verbo.
- ARRUDA, A. M. (2002) – Los Fenicios en Portugal. Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a.C.). Barcelona. *Cuadernos de Arqueología Mediterránea* 5-6.
- ARRUDA, A. M. & ALMEIDA, R. R. (1998) – As ânforas da Classe 32 da Alcáçova de Santarém (Campanhas de 1983- 1991). *Conimbriga*. Coimbra. 37, p. 201-231.
- ARRUDA, A. M. & ALMEIDA, R. R. (1999) – As importações de vinho itálico para o território actualmente português contextos, cronologias e significado. In: *Économie et territoire en Lusitanie romaine*. Madrid: Collection de la Casa de Velásquez, 65, p. 307-337.
- BARGÃO, P. (2006) – *As importações anfóricas durante a época romana republicana Alcáçova de Santarém*. Dissertação de Mestrado em Pré-história e Arqueologia apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Policopiada.
- CARDOSO, J. L. (2009) – O povoado pré-histórico do Outeiro da Assenta (Óbidos). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 17, p. 261-356.
- CARDOSO, J. L. & CARREIRA, J. R. (1997-1998) – A ocupação de época púnica da Quinta da Torre (Almada). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 7, p. 189-217.
- CARDOSO, G. & ENCARNÇÃO, J. d' (2000) – Notas sobre a ocupação proto-histórica na *villa* romana de Freiria. In: *Actas Congresso de Proto-história Europeia. Revista de Guimarães*. Volume especial. 2, p. 741-756.

- DIOGO, A. M. D. (1982) – A propósito de “Morón”. Estudo de alguns documentos provenientes dos Chões de Alpompe (Santarém). *Clio*. Lisboa. 4, p. 147-154.
- DIOGO, A. M. D. (1993) – Ânforas pré-romanas provenientes dos Chões de Alpompe. *Estudos Orientais*. Lisboa. 4, p. 215-227.
- DIOGO, A. M. D. & FARIA, A. (1985) – Moedas romanas provenientes dos Chões de Alpompe. *Arqueologia*. Porto. 11, p. 120-122.
- DIOGO, A. M. D. & TRINDADE, L. (1993-1994) – Materiais provenientes de Chões de Alpompe (Santarém). *Conímbriga*. Coimbra. 33, p. 263-281.
- FABIÃO, C. (1989) – *Sobre as ânforas do acampamento Romano da Lomba do Canho (Arganil)*. Lisboa: UNIARQ / INIC.
- FABIÃO, C. (1998) – *O mundo indígena e a sua romanização na área céltica do território hoje português*. Tese de Doutoramento em Arqueologia apresentada a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Policopiada.
- FABIÃO, C. (2002) – Chões de Alpompe. In: *De Scallabis a Santarém*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 149-152.
- FABIÃO, C. (2004) – Arqueologia militar romana da Lusitânia: textos e evidências materiais. In: *Actas Arqueología militar romana en Europa*. Salamanca, p. 53-73.
- FABIÃO, C. (2006) – El ejército romano en Portugal. In: *El ejército romano en Hispania. Guía Arqueológica*. Universidad de León, p. 113-134.
- FERREIRA, C. B.; CATARINO, J. P. & PINHO, L. S. (1993) – Chões de Alpompe. Síntese cultural. *Revista ESES*. Escola Superior de Educação de Santarém, 3 de Janeiro de 1993, p. 55-63.
- GARCIA, J. M. (1977) – Em torno de *Scallabis*. Santarém. *Santarém. A Cidade e os Homens*, p. 65-77.
- GIRÃO, A. & OLEIRO, J. M. B. (1953) – Geografia e campos fortificados romanos. *Boletim do Centro de Estudos Geográficos*. Coimbra. 7 (7), p. 77-80.
- KALB, Ph. & HÖCK, M. (1988) – Moron. *Conímbriga*. Coimbra. 27, p. 189-201.
- LEÃO, D. N. (1975) – *Crónicas dos Reis de Portugal / reformadas por Duarte Nunes de Leão*. Porto: Lello & Irmão.
- MAIA, M. (1987) – *Romanização do território hoje português a sul do Tejo. Contribuição para a análise do processo de assimilação e interação sócio-cultural 218-14 d. C.* Tese de Doutoramento Pré-história e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Policopiada.
- RUIVO, J. (1999) – Moedas do acampamento romano-republicano dos Chões de Alpompe (Santarém). In: *Rutas, Ciudades y Moneda en Hispania. Actas del II Encuentro Peninsular de Numismática antigua*. Porto. Marzo 1997. Madrid: Anejos del *Archivo Español de Arqueología*, 20, p. 101-110.
- PIMENTA, J. (2005) – *As ânforas romanas do Castelo de São Jorge (Lisboa)*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (*Trabalhos de Arqueologia* 41).
- PIMENTA, J. (2007) – A importação de ânforas de preparados piscícolas em *Olisipo* (séculos II-I a.n.e.). In: *Actas do Congreso Internacional de Arqueología, CETARIAE. Salsas y salazones de pescado en Occidente durante la Antigüedad*. Cádiz: Universidad de Cádiz, p. 221-233.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. & MADEIRA, F. (2009) – O povoado pré-romano de Castanheira do Ribatejo, Vila Franca de Xira. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 12 (2), p. 177-208.

- PIMENTA, J; HENRIQUES, E. & MENDES, H. (2012) – *O acampamento romano de Alto dos Cacos – Almeirim*. Almeirim: Associação de Defesa do Património Histórico e Cultural do Concelho de Almeirim.
- PIMENTA, J. & MENDES, H. (2013) – 1.^a campanha de escavações arqueológicas no povoado pré-romano de Porto do Sabugueiro – Muge – Salvaterra de Magos. *CIRA Arqueologia*. Vila Franca de Xira. 2, p. 195-219.
- PRINCIPAL, J. (2013) – Cuando Arqueología e historia se dan la mano: Cartago y Numancia, dos buenos referentes. In: *Manual de cerámica romana del mundo Helenístico al Imperio Romano*. Madrid: Museo Arqueológico Regional de la Comunidad de Madrid, p. 333-356.
- RAMON TORRES, J. (1995) – *Las Ánforas Fenicio-Púnicas del Mediterráneo Central y Occidental*. Col. Instrumenta 2. Barcelona: Publicacions Universitat de Barcelona.
- RIBERA I LACOMBA, A. (1998) – La fundació de Valencia. La ciutat a l'època romana repulicana (Segles II-I a. de C.). Valencia. *Estudios Universitarios* 71.
- RIBERA I LACOMBA, A. (2003) – El papel militar de la fundación de *Valentia* (138 a.n.e.): historia y arqueología. In: *Defensa y Territorio en Hispania de los Escipiones a Augusto (espacios urbanos y rurales y provinciales)*. Madrid: Casa de Velázquez, p. 363-390.
- SAA, M. (1956) – *As Grandes Vias da Lusitânia. O Itinerário de Antonino Pio*. Lisboa: Sociedade Astória, 1.
- SAA, M. (1964) – *As Grandes Vias da Lusitânia. O Itinerário de Antonino Pio*. Lisboa: Sociedade Astória, 5.
- SOUSA, E. R. B. de (2011) – *A ocupação pré-romana da foz do Estuário do Tejo durante a segunda metade do 1.º milénio a.n.e.* Tese de Doutoramento em História, especialidade em Arqueologia. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Policopiada.
- VV.AA. (1958) – Subsídios para o estudo do acampamento romano de Antanol. *Biblos*. Coimbra. 35, p. 1-54.
- ZBYSZEWSKI, G.; FERREIRA, O. V. & SANTOS, C. (1968) – Acerca do campo fortificado de Chões de Alompé (Santarém). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série III, 2, p. 49-57.
- ZBYSZEWSKI, G.; FERREIRA, O. V.; LEITÃO, M. & NORTH, C.T. (1972) – O paleolítico do povoado pré-romano de Chões de Alompé. *Arqueologia e História*. Lisboa. 4, p. 157-181.